

BOLETIM DE CONJUNTURA

DIIESE DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Número 13 - Fevereiro de 2018

Há poucos motivos para se pensar em uma vigorosa ou mesmo moderada retomada do crescimento econômico. Todas as incertezas estruturais existentes em 2017 seguirão presentes em 2018



Imagem: Pixabay

PREVISÃO DE RECUPERAÇÃO NÃO INSPIRA OTIMISMO

CRESCIMENTO IRRELEVANTE DO PIB ILUSTRA ESSA REALIDADE

Depois de dois anos de profunda recessão, a economia brasileira encerrou 2017 com a previsão de uma recuperação pífia, que não inspira otimismo. O crescimento do Produto Interno Bruto - PIB, de irrelevante 0,1% no terceiro trimestre (último dado disponível) em relação ao trimestre anterior, ilustra bem essa realidade.

Analistas mais otimistas enfatizam o fim da recessão, aqueles mais pessimistas afirmam que os indicadores de retomada ocorrem sobre uma base de comparação altamente deprimida. Os pessimistas ressaltam, também, que os números ligeiramente positivos, longe de apontarem alguma recuperação consistente, indicam apenas que a trajetória recessiva teria chegado ao fundo do poço, mas que a economia continua se movendo muito perto dele, sem uma recuperação consistente e ainda sob ameaça de novos solavancos no plano doméstico e/ou internacional.

Sem entrar muito fundo nessa polêmica, algumas observações merecem comentários, pois foram definidoras, nesse longo período, do discurso ou da política econômica adotada.

A primeira delas é que, embora não tenha havido mudanças do discurso oficial, o chamado tripé macroeconômico, que vigorou desde o segundo governo FHC, passando pelos dois mandatos de Lula e chegando até o primeiro governo de Dilma Rousseff, passou a desconsiderar um de seus apoios. O tripé estrutura-se sobre três pilares: câmbio flutuante, meta de inflação e superávit fiscal. Na situação atual, manteve-se o câmbio flutuante e a política de metas de inflação, mas, ao se adotar como meta um déficit fiscal (ao invés de superávit), rompeu-se, efetivamente, com o terceiro pilar de sustentação do modelo, que é a geração de superávit primário. Esse abandono da meta de superávit primário decorre do imenso déficit

fiscal gerado pela expressiva queda da arrecadação, obrigatoriamente contabilizado como meta de política fiscal.



A segunda observação refere-se à reforma do sistema de Previdência Pública, cuja aprovação, do ponto de vista do Governo, é condição fundamental para a retomada do crescimento. A reforma, no entanto, perdeu força mesmo no discurso oficial do Ministro da Fazenda, que, no período recente, passou a ser o principal arauto da recuperação econômica. É preciso considerar, contudo, que embora a discussão sobre a reforma previdenciária esteja adiada para depois do Carnaval, sua aprovação é totalmente

imprevisível. Um Congresso dividido e preocupado com a renovação dos mandatos nas eleições gerais de outubro deste ano e a forte resistência do movimento sindical e social à perda de direitos acarretada pela proposta de reforma do Governo Temer colocam em xeque sua aprovação.

A contenção dos gastos públicos e a retração dos investimentos, por sua vez, impedem que esses falsos dois (reforma fiscal e reforma da previdência) supostos geradores de dinamismo na economia influenciem significativamente a retomada da economia. As incertezas e a enorme capacidade ociosa nas indústrias adiam os investimentos e o retorno ao crescimento mais consistente.

O desempenho do setor externo segue bastante positivo, com o país caminhando para um inédito e expressivo superávit. O saldo da balança comercial (exportações menos importações), no período anterior, foi estimulado pela forte desvalorização do real frente ao dólar, no início do segundo mandato de Dilma e, em seguida, pelos impactos das turbulências políticas da discussão do impeachment na taxa de câmbio, combinados com o encolhimento dramático das importações como consequência da recessão interna. No período mais recente, as exportações ganharam algum impulso em função de uma recuperação no preço das commodities agrícolas minerais e energéticas que o Brasil exporta e por alguma retomada das exportações de manufaturados (em especial automóveis, caminhões e tratores).

Entretanto, sempre é bom lembrar que, em economias grandes como a brasileira, o desempenho externo tem pouca capacidade de puxar significativamente as taxas de crescimento. Exemplos disso ocorreram no último ano do Governo FHC e nos dois primeiros do Governo Lula, quando o setor externo registrou desempenho notável, mas combinado com desempenho fraco do conjunto da produção nacional.

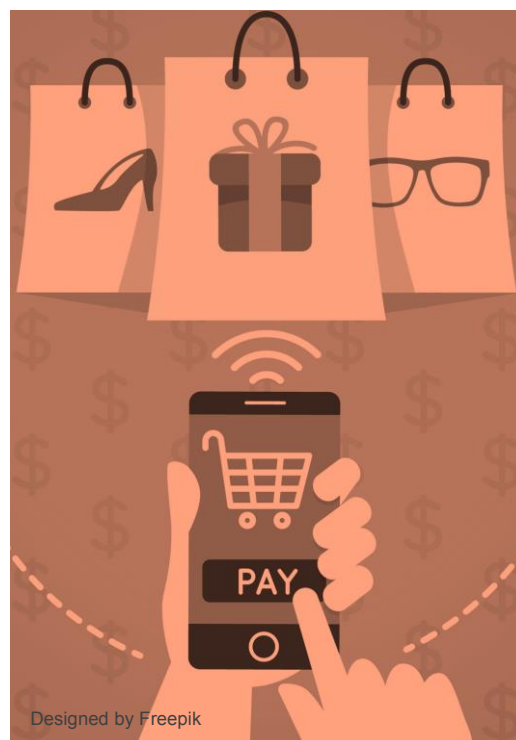
O consumo das famílias, maior componente da demanda, continua crescendo lentamente, tendo avançado 1,2% no terceiro trimestre de 2017, frente ao trimestre anterior, que também já havia apresentado resultado positivo. Existe uma pequena e, até aqui, persistente recuperação do consumo das famílias ao

longo do ano, o que parece estar dando algum fôlego ao comportamento do PIB. Mas é importante observar que a renda vem crescendo impulsionada fundamentalmente pelo emprego informal (que não dá acesso facilitado a crédito, por exemplo) e não há certeza quanto ao prosseguimento dessa tendência. Visto dessa forma, esse importante componente da demanda se mostra em crescimento contínuo, mas não sólido o suficiente para apontar uma trajetória segura e vigorosa de retomada.

DESEMPENHO ECONÔMICO

Os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para o PIB do terceiro trimestre de 2017 mostraram, como já mencionado, certa estagnação em relação ao trimestre anterior, com crescimento de 0,1% do PIB (face a uma expectativa dos mercados financeiros de 0,3%). Do lado da demanda, o avanço foi puxado pelo consumo das famílias, que acabou explicando quase a totalidade do pequeno crescimento.

Pelo lado da oferta, vale apontar o crescimento da indústria (0,8% no trimestre, em relação ao trimestre anterior), seguida de comércio e serviços (0,6%). A agropecuária recuou 3%, esgotado o período de safras exportáveis. Assim, a indústria seguiu com suas oscilações ao longo do ano (havia crescido 1,2% no primeiro trimestre, e recuado 0,4% no segundo), enquanto comércio e serviços, depois de todo o período negativo em 2016, seguiu sua trajetória ligeiramente positiva ao longo dos primeiros três trimestres de 2017 (0,3% no primeiro trimestre e 0,8% no segundo).



DESEMPREGO

De acordo com a Síntese Metropolitana da Pesquisa Emprego/Desemprego – PED, divulgada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE, em dezembro de 2017, frente ao mês anterior, as taxas de desemprego reduziram-se em duas das regiões pesquisadas (18,4% para 17,9% no DF, e 17,2% para 16,9% na Região Metropolitana de S. Paulo), cresceu na Região Metropolitana de Porto Alegre (de 12,6% para 12,8%) e ficou estável na Região Metropolitana de Salvador (estabilizando-se em 23,8%).

Destaca-se o crescimento do tempo médio despendido pelos desempregados na procura de trabalho, que atingiu um ano em S. Paulo (52 semanas) e mais de um ano em Salvador (60 semanas), enquanto a taxa de ocupação se manteve estável. Houve um relevante aumento no nível de ocupação industrial, nas quatro grandes regiões do país. A proporção do emprego privado com carteira assinada no total da ocupação aumentou nas regiões de S. Paulo (de 52,9% para 53,3%), Porto Alegre (de 53,0% para 53,4%) e Salvador (de 47,3% para 48,0%) e caiu no DF (de 41,8% para 41,1%).



Não obstante o aumento do emprego com carteira assinada nas regiões metropolitanas de novembro para dezembro, quando consideramos o país como um todo, verifica-se que foram eliminadas, em dezembro, 328,5 mil vagas formais no mercado de trabalho, segundo o CAGED do Ministério do Trabalho, confirmando o agravamento da situação do emprego formal, que já havia registrado resultado negativo em novembro, quando 12,3 mil vagas foram suprimidas. No ano todo de 2017, o CAGED registra o fechamento de 20,8 mil postos com carteira assinada no país.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD contínua trimestral (out., nov., dez. 2017) do IBGE, divulgada em janeiro, apontaram uma queda na desocupação em relação ao trimestre anterior (12,0% para 11,8%), puxada pelo crescimento da ocupação sem carteira assinada e dos autônomos. A taxa média de desocupação em 2017 ficou em 12,7%, nível mais alto da série histórica da pesquisa, iniciada em 2012. Em 2016, essa média era de 11,5%. A mesma PNAD indicou uma estabilidade dos rendimentos médios.

Constata-se, nas pesquisas, que o mercado de trabalho segue patinando, com o fraco ritmo de crescimento da economia. Cabe observar, entretanto, que o desempenho do mercado de trabalho tende a responder com certa defasagem temporal aos ciclos de retração e de expansão nas atividades econômicas. Mas, com o início de vigência da Reforma Trabalhista, há possibilidade de o emprego com mais garantias (com carteira assinada) não reagir em resposta à retomada econômica com o mesmo ímpeto de antes.

FINANÇAS PÚBLICAS

Os resultados das contas públicas brasileiras, cujo suposto rigor no ajuste foi parte importante do discurso do governo resultante da ruptura institucional de 2016, seguem em níveis bastante preocupantes. O Governo elevou a projeção de déficit em 2017 de R\$ 129 bilhões para R\$ 159 bilhões e fechou o ano

com números, ainda preocupantes, mas melhores que as projeções. O déficit primário (que não contabiliza as despesas financeiras do governo) foi de R\$ 124,4 bilhões (1,9% do PIB), contra R\$ 159,4 bilhões (2,4% do PIB), registrados no fechamento de 2016.

Embora tenha havido queda no valor do déficit primário em 2017 frente a 2016, as despesas com juros e encargos que tal volume de déficit gera, fizeram com que a dívida bruta do governo geral (Gov. Federal, INSS, Gov. Estaduais e Municipais) passasse de 70,0% do PIB em dezembro de 2016 para 74,0% do PIB (R\$ 4,854 trilhões) em dezembro de 2017, enquanto a dívida líquida passou de 46,2% do PIB, para 51,6%, do PIB (R\$ 3,382 trilhões) no mesmo período.

As projeções de crescimento da dívida pública, apesar da aprovação da Emenda Constitucional de teto de gastos, levam os gestores macroeconômicos do governo federal a pôr em pauta a mudança da chamada “regra de ouro” das finanças públicas, estabelecida pela Constituição de 1988. Por essa regra, o crescimento do endividamento não pode ser maior do que o das despesas de capital, cujos principais itens são os investimentos públicos e a amortização da própria dívida. Portanto, o Governo não pode contrair dívida para cobrir despesas de custeio (salários, encargos, juros e demais custos operacionais). Mas essa regra está sob risco, uma vez que vem



crescendo significativamente o pagamento de juros e encargos relativos à dívida pública, quer pelas altas taxas de juros vigentes, quer pelo volume da dívida pública sobre o qual essas taxas, mesmo em queda, incidem. Apenas os juros teriam passado de R\$ 113,1 bilhões em 2016 para R\$ 124, 1 bi em 2017. A mudança da regra evitaria que seu descumprimento fosse configurado crime de responsabilidade por parte do governo federal, bem como permitiria maior flexibilidade no gasto discricionário (gasto não vinculado constitucionalmente) em ano eleitoral.

Entretanto, o grande problema para o governo federal com o crescimento permanente da dívida pública, o déficit crescente e uma eventual mudança da chamada “regra de ouro”, diz respeito, especialmente, a um provável rebaixamento das avaliações de risco da economia brasileira pelas chamadas “agências de rating”, o que de fato ocorreu com a avaliação da Standard and Poor’s no início de janeiro de 2018. Mudanças na regra de ouro irão piorar a situação e dificultar o acesso do país ao mercado financeiro internacional.

Novos rebaixamentos, além de eventual desmoralização das autoridades que tentam pautar seu discurso pelo alinhamento com as medidas demandadas pelos setores financeiros nacionais e internacionais, teria um efeito importante de limitar, especialmente por parte de investidores institucionais

da América do Norte e Europa, as possibilidades de investimento no Brasil, uma vez que esses fundos institucionais pautam-se pela avaliação das agências. Enquanto o governo federal reforça no discurso a ideia de captação de fundos de investimento externos nas eventuais privatizações e projetos financeiros, inclusive parcerias público-privadas – PPPs, para viabilizar investimentos em infraestrutura, o rebaixamento pelas agências de risco pode ser um importante complicador para essa estratégia.

OS GANHADORES DE SEMPRE

Se a economia continua semiestagnada e a situação dos trabalhadores permanece difícil, com altas taxas de desemprego e informalidade e tempo longo para voltar ao mercado de trabalho, o mesmo não se pode dizer da situação dos grandes bancos brasileiros.

Considerando-se os últimos números divulgados, com informações sobre os resultados do 3º trimestre de 2017, verifica-se que o lucro das quatro maiores instituições bancárias operando no Brasil (Itaú/Unibanco, Bradesco, Santander e Banco do Brasil) atingiu cerca de R\$ 42 bilhões de reais em três trimestres, contra cerca de R\$ 50 bilhões em todo o ano de 2016 (ou cerca de R\$ 39 bilhões nos primeiros três trimestres de 2016). Isso dá uma ideia dos grandes ganhadores da chamada “política de ajuste”, e mostra que nem todos estão perdendo com o modelo adotado. Afinal, se todos estivessem perdendo, quem estaria hipotecando apoio à adoção da chamada política de “austeridade”, que se reflete no escandaloso ganho do setor financeiro/bancário? É para esses que se especula quebrar a ‘regra de ouro’.



Além disso, segundo reportagem recentemente divulgada pelo jornal Valor Econômico (publicado pelo Valor Online de 05/01/2018) com base em estudo da empresa Dealogic, os grandes bancos de investimento atuando no Brasil teriam garantido em 2017 um enorme ganho. Segundo a reportagem “a receita das instituições financeiras com serviços prestados a empresas na assessoria a fusões, aquisições, ofertas de ações e de dívida alcançou US\$ 890 milhões em 2017, maior cifra desde 2012 e 74,9% superior à do ano anterior”. Assim, o modelo econômico atual garante novas e continuadas oportunidades de ganhos ao mundo financeiro.

ALGO A ESPERAR DE 2018?

A crise econômica, iniciada pela recessão e turbulências a partir de 2015, aprofundou-se movida a quedas da receita tributária, corte de gastos e ampliação da despesa financeira, crescimento da dívida pública, além do aumento do desemprego. Essa trajetória parece ter chegado a um limite ao longo de 2017. O discurso falso-patriótico entra em contradição com tudo isso. A não aprovação, até o presente, da reforma previdenciária, colocada como elemento central do ajuste na estratégia do governo, o crescimento permanente do endividamento público e o grande déficit fiscal, cuja redução e controle também eram descritos como peças centrais da estratégia, corroboram o fraco e esperado desempenho da política econômica. Desconsiderando o discurso de conveniência, ou considerando-o apenas no contexto de um ano eleitoral (e de Copa do Mundo), o mais provável é que a crise não siga se aprofundando neste ano e haja leve recuperação da atividade econômica.

Entretanto, há poucos motivos para se pensar em uma vigorosa ou mesmo moderada retomada do crescimento econômico. Todas as incertezas estruturais existentes em 2017 seguirão presentes em 2018, e não há no cenário interno ou externo elementos para uma aposta sólida em alguma mudança que altere para melhor as expectativas.

Um cenário mais otimista seja, talvez, o de que a trajetória de crise forneça elementos para uma reflexão sobre o que não deve ser feito em matéria de gestão da economia. A menos que o objetivo seja, de fato, a concentração de renda e a exclusão da maior parte da população dos benefícios do crescimento econômico.



Presidente: Bernardino Jesus de Brito

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Vice-presidente: Raquel Kacelnikas

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Secretário Nacional: Nelsi Rodrigues da Silva

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretor Executivo: Alex Sandro Ferreira da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Antonio Francisco Da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretor Executivo: Carlos Donizeti França de Oliveira

Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP

Diretora Executiva: Cibele Granito Santana

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

Diretor Executivo: Elna Maria de Barros Melo

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretor Executivo: Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

Diretor Executivo: Sales José da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Diretora Executiva: Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Direção Técnica

Diretor técnico: Clemente Ganz Lúcio

Coordenadora de pesquisas e tecnologia: Patrícia Pelatieri

Coordenador de educação e comunicação: Fausto Augusto Junior

Coordenador de relações sindicais: José Silvestre Prado de Oliveira

Coordenadora administrativa e financeira: Rosana de Freitas

Equipe Responsável

Adhemar Mineiro

Airton Santos

Clóvis Scherer

Frederico Melo

Jose Álvaro Cardoso

Thomaz Ferreira Jensen

Revisão

Carlindo Rodrigues de Oliveira